



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE -----

**EXCELENTÍSSIMO(A) SENHOR(A) DOUTOR(A) JUIZ(A) DE DIREITO DA**  
**\_\_\_\_ VARA DA COMARCA DE -----**

Inquérito Civil nº -----.

**O MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL**, pelo Promotor (a) de Justiça signatário, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, sobretudo com fulcro na Constituição Federal, especialmente no seu art. 129, III, na Constituição Estadual, em seu art. 97, III, na Lei Orgânica do Ministério Público (Lei Federal nº. 8.625/93), em seu art. 25, IV, alíneas 'a' e 'b', na Lei Complementar Estadual nº. 13/91 e na Lei nº 8.429/92, em seu art. 17, conforme art. 29, inciso IX, da Lei Complementar Estadual nº 13/91, vem, perante Vossa Excelência, propor

---

**AÇÃO CIVIL *por ato de* IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA**

---

contra -----, brasileiro(a), natural de ----- /MA, nascido(a) em --/--/----, Prefeito(a) de -----, filho(a) de ----- e -----, residente e domiciliado na -----, podendo ser encontrado na sede administrativa desse órgão, situado na -----,

pelos motivos que passa a expor:

**I – DOS FATOS:**

O Município de ----- não possui um serviço de controle interno, voltado à defesa do erário, sem cargos técnicos e administrativos, conforme se verá.



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE -----

Diante disso, foi instaurado o procedimento investigatório em epígrafe no âmbito desta Promotoria de Justiça, no bojo do qual se obteve as seguintes informações:

**DESCREVER A SITUAÇÃO DA PROCURADORIA MUNICIPAL LOCAL OU EQUIVALENTE**

Nesse contexto, foi expedida a Recomendação nº ----- (fls. ---), para que o Prefeito Municipal criasse, por lei, tal Controle Interno, com os cargos necessários à consecução de seus objetivos, convocasse e realizasse concurso público para preenchimento de tais cargos, efetuando, por fim, a posse dos aprovados.

Entretanto, não houve resposta **(ou descrever a situação prática)**.

Por outro lado, encaminhou-se minuta de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (fls. -----), sendo que o prazo de resposta passou *in albis* **(ou descrever a situação prática)**.

Estes são os fatos.

## **II – DO DIREITO:**

Cabe ao Tribunal de Contas do Estado fiscalizar no âmbito de suas atribuições, o cumprimento, por parte dos órgãos e entidades do Estado e do Município, das normas da Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal), nos termos do regimento interno (inciso X, art. 1º, da Lei Orgânica do TCE/MA).

Por outro lado, incumbe à Corte de Contas, ainda, assinar prazo para que o órgão ou entidade adote as providências necessárias ao exato cumprimento da lei, se verificada ilegalidade, bem como realizar outras fiscalizações ou exercer outras atribuições previstas em lei, nos termos do art. 1º, incisos XVII e XXIII, da Lei Estadual nº 8.258/2005.

Há necessidade de cumprimento de modo satisfatório pelo município das obrigações constantes dos arts. 31, 70 e 74 da Constituição Federal, do art. 80 da Constituição do Maranhão, dos arts. 76 a 80 da Lei Ordinária Federal nº 4.320/64, **instituindo e mantendo em funcionamento órgão central de coordenação do sistema de controle interno municipal.**



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE -----

A estruturação de referido órgão com cargos em comissão, demissíveis *ad nutum* e sujeitos a interferências do Chefe do Executivo, afronta os princípios constitucionais da legalidade, moralidade e eficiência.

O sistema de controle interno tem a finalidade de avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual, a execução dos programas de governo e dos orçamentos do município; comprovar a legalidade e avaliar os resultados, quanto à eficácia e eficiência, da gestão orçamentária, financeira e patrimonial nos órgãos e entidades da administração municipal, bem como da aplicação de recursos públicos por entidades de direito privado; exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias, bem como dos direitos e haveres do município; e apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional, estando inclusive seus responsáveis sujeitos a responsabilidade solidária por qualquer irregularidade ou ilegalidade de que venham a tomar conhecimento caso não deem ciência ao respectivo Tribunal de Contas.

A Lei de Responsabilidade Fiscal prevê, em seu art. 54, parágrafo único, a obrigatoriedade da participação do responsável pelo controle interno nos relatórios de gestão fiscal.

A implantação de um órgão de controle interno, dotado de servidores efetivos concursados, possibilitaria melhor acesso do Ministério Público e do Tribunal de Contas ao conhecimento de eventuais ilicitudes.

### **III – DO ATO DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA:**

#### **3.1. DA CONDUTA E RESPONSABILIDADE DO PREFEITO MUNICIPAL**

Diante de todo o exposto, evidentemente o Prefeito Municipal de -----, FULANO DE TAL, deve ser processado e condenado por ato de improbidade administrativa, uma vez que, nos termos do art. 2º, da Lei 8.429/92, atuou na qualidade de agente público por eleição. Atuou como titular de mandato eletivo. E, conforme acima visto, há expresso descumprimento da lei.

Nesse caso, o agente público deve ser punido por ato de improbidade administrativa (art. 37, § 4º, CF), cujas sanções se encontram previstas na Lei 8.429/92.

#### **3.2. DA BOA-FÉ, ÉTICA, MORAL, HONRA E PROIBIDADE – DA CARACTERIZAÇÃO DO DOLO.**

Ao Exmo. Prefeito ----- não será possível a alegação de boa-fé, situação que afastaria o dolo e a consequente caracterização de ato de



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE -----

improbidade administrativa, exaurindo-se suas condutas em mera irregularidade. A boa-fé pressupõe a existência de um estado de ignorância ou não compreensão do impedimento legal, o que não verifica no caso em tela.

Conforme exaustivamente demonstrado no tópico 1, “Dos Fatos” (pág. ----/----), acima, inclusive com referências às provas constantes dos autos do inquérito civil, clara restou a caracterização do dolo do Prefeito ---  
-----.

A seguir, faz-se a seguinte síntese dos fatos, que claramente revela a caracterização do dolo:

a) o Prefeito Municipal não implantou até aqui o serviço de Controle Interno no Município;

b) No dia -----, foi emitida a Recomendação nº ---- (fls. ---), ao Senhor Prefeito, no sentido de regularização dessa questão, sem que houve atendimento (fls. ---). A partir de então o Prefeito --- passou a ter, inequivocamente, ciência dos fatos;

c) No dia ---- foi remetida proposta de Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta (fls. ---) ao Senhor Prefeito para regularização do problema adrede referido, sem que houvesse resposta (fls. ---), reforçando sua ciência;

d) em reunião realizada na Promotoria de Justiça, a Prefeitura Municipal se comprometeu a providenciar projeto de lei para corrigir essas distorções (fls. ---), reforçando ainda mais sua ciência;

e) Mesmo assim, como dito alhures, o demandado não criou e implantou o serviço de Controle Interno naquela urbe;

Percebe-se, portanto, que o dolo é manifesto. Não poderia o alcaide alegar ignorância após a reunião realizada com o Ministério Público, a proposta de TAC (recusada) e a recomendação ministerial (descumprida).

Indaga-se: qual seria a visão do cidadão em relação à honra de um Prefeito que, ignorando expressa advertência de ilegalidade, não cria e implanta um serviço de controle interno na sua cidade? Não se pode esquecer que o dever de probidade apresenta seus conteúdos conectados à ideia de honra na função pública e que a probidade, ao indicar a honra, fala de honestidade e eficiência funcional, porque ambas revelam atributos de boa fama e reputação dos homens públicos.



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE -----

De acordo com ele (o princípio da moralidade) a Administração e seus agentes têm de atuar na conformidade de princípios éticos. Segundo os cânones da lealdade e da boa-fé a Administração Pública haverá de proceder em relação aos administrados com sinceridade e lhanza, sendo-lhe interdito qualquer comportamento astucioso, eivado de malícia, produzido de maneira a confundir, dificultar ou minimizar o exercício de direitos por parte dos cidadãos.

De resto, é possível falar em honestidade diante da conduta do prefeito que “escolhe a dedo”, conforme as suas conveniências pessoais, pessoas para que trabalhem na prefeitura e a serem pagas com dinheiro público? É honesto ou moral que isso seja feito sem que se deem oportunidades iguais a todos de, por meio de concurso público, trabalharem na Administração Municipal? É honesto com a população local se coloquem pessoas para prestar serviços na Administração Pública, pagando-as com dinheiro público, mesmo sem um procedimento (concurso público) que assegure a escolha do mais apto e gabaritado, de modo a garantir a qualidade do trabalho a ser realizado? A resposta a todas essas indagações é, evidentemente, negativa.

### 3.3. DA LESIVIDADE AOS PRINCÍPIOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA – ART. 11, LEI 8.429/92.

Conforme já demonstrado acima, a conduta do Prefeito ----- violou os princípios da legalidade ou reserva legal, impessoalidade, eficiência, moralidade administrativa e da razoabilidade.

A síntese conclusiva dessas violações concretas se encontra em tópico adrede. Como se não bastasse, ao negar publicidade à recomendação administrativa, reiteradamente (fls. ---, item -- fls. ----, item ---- e fls. -----) violando o art. 27, parágrafo único, IV, da Lei Federal, o alcaide afrontou, não só o princípio da legalidade, mas também o princípio da publicidade.

Conclui-se, portanto, que o Prefeito ----- incorreu no art. 11, *caput* e inciso I, da Lei 8.429/92, adiante transcrito:

Art. 11. Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública qualquer ação ou omissão que viole os deveres de honestidade, imparcialidade, legalidade, e lealdade às instituições, e notadamente:

- I – praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência;
- II – retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício;

Diante desse texto legal, resta claro que -----, violando os princípios da Administração Pública (art. 37, *caput*, CF; art. 11, *caput*, Lei



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE -----

8.429/92), mesmo após as advertências e recomendações do Ministério Público, insistiu em desrespeitar a regra constitucional e legal de criação do serviço de Controle Interno.

Fica evidente, portanto, a incidência do art. 11, inciso I, da Lei 8.429/92. Ao mesmo passo, apesar do seu poder-dever de corrigir de ofício as citadas ilegalidades e omissões, o alcaide retardou, dolosa e indevidamente, a solução do problema, de modo a incorrer no art. 11, inciso II, do Lei 8.429/92.

### **III – DA INDIVIDUALIZAÇÃO DAS CONDUTAS, DAS SANÇÕES APLICÁVEIS E DO DANO MORAL COLETIVO:**

Diante da capitulação jurídica estabelecida no item anterior, impõe-se a individualização da conduta atribuída ao demandado, de modo mais detalhado.

O demandado ----- concorreu para o ato de improbidade na medida em que não criou (deixou de agir) um serviço de controle interno no Município de ----- (fls. -----), incorrendo na prática de ato ímprobo:

#### **DESCREVER AS SITUAÇÕES CONCRETAS ENCONTRADAS**

Ademais, a recomendação expedida, a tentativa de TAC malograda, demonstram a ciência do demandado das ilegalidades e sai renitência em resolvê-las.

Como se deflui do art. 12 da Lei 8.429/92, a perda dos bens e valores acrescidos ilicitamente é uma pena independente do **ressarcimento integral do dano**, que **é mais amplo, alcançando, inclusive, danos morais coletivos**.

Com efeito, já é entendimento sumulado no Superior Tribunal de Justiça: “São cumuláveis as sanções por dano material e dano moral oriundos do mesmo fato” (Súmula nº 37/STJ).

No que concerne aos danos oriundos dos atos de improbidade administrativa, cumpre considerar aqueles provocados diretamente ao Ente Público (pessoa jurídica) por máculas, inclusive, à sua imagem, e, ainda, os danos sofridos pela coletividade.

A respeito do tema, Emerson Garcia leciona que, em múltiplas situações, o dano moral provocado será inequívoco, afirmando:



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE -----

Em casos tais, **deverá o órgão jurisdicional contextualizar o ilícito praticado, transcendendo os lindes do processo e identificando a dimensão da mácula causada à reputação do ente estatal, o que permitirá a correta valoração do dano moral e a justa fixação da indenização devida.**

Além do dano não-patrimonial de natureza objetiva, **é importante perquirir a possibilidade de ser aferida, nos atos de improbidade, a ocorrência do dano não-patrimonial de natureza subjetiva (dor física e moral). Sendo evidente que a pessoa jurídica não pode sofrer uma dor moral, o prisma de análise haverá de ser deslocado para a coletividade, a qual poderá experimentar um sofrimento com o dano aos seus bens jurídicos de natureza não-econômica.**

Ademais, o princípio da proporcionalidade deve guiar o julgador no momento de aplicação das sanções previstas na Lei de Improbidade Administrativa (Artigo 12, parágrafo único).

Em casos como o destes autos, o princípio referido só será observado se houver severa punição aos requeridos.

Não há motivos para abrandamento das sanções, sob pena de legitimação da conduta do agente ímprobo e do particular que desses atos se beneficia, o que seria verdadeira “judicialização da impunidade”.

#### **IV – DA MEDIDA LIMINAR PARA INDISPONIBILIDADE DE BENS:**

A Constituição Federal de 1988 traça, em seu art. 37, § 4º, os contornos da punibilidade daquele que incorrer em ato de improbidade administrativa, estabelecendo as sanções a que está sujeito, sem prejuízo da responsabilidade penal porventura cabível.

§ 4º - Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível.

Uma das sanções previstas no supracitado dispositivo constitucional é a indisponibilidade de bens (em sentido amplo).

A fim de garantir a responsabilização da pessoa que praticou ato de improbidade, o legislador ordinário estabeleceu nos Artigos 7º e 16 da Lei nº 8.429/92 a possibilidade de serem decretadas as medidas de indisponibilidade (art. 7º) e o sequestro (art. 16) de bens. Eis o inteiro teor dos dispositivos legais:





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE -----

Art. 7º Quando o ato de improbidade causar lesão ao patrimônio público ou ensejar enriquecimento ilícito, caberá a autoridade administrativa responsável pelo inquérito representar ao Ministério Público, para a indisponibilidade dos bens do indiciado.

Parágrafo único. A indisponibilidade a que se refere o caput deste artigo recairá sobre bens que assegurem o integral ressarcimento do dano, ou sobre o acréscimo patrimonial resultante do enriquecimento ilícito.

(...).

Art. 16. Havendo fundados indícios de responsabilidade, a comissão representará ao Ministério Público ou à procuradoria do órgão para que requeira ao juízo competente a decretação do sequestro dos bens do agente ou terceiro que tenha enriquecido ilicitamente ou causado dano ao patrimônio público.

§ 1º O pedido de seqüestro será processado de acordo com o disposto nos arts. 822 e 825 do Código de Processo Civil.

§ 2º Quando for o caso, o pedido incluirá a investigação, o exame e o bloqueio de bens, contas bancárias e aplicações financeiras mantidas pelo indiciado no exterior, nos termos da lei e dos tratados internacionais.

A rigor, para a concessão da medida de sequestro é necessária individualização dos bens, providência não aplicável em relação ao pedido de indisponibilidade.

CONSTITUCIONAL. ADMINISTRATIVO. PROCESSO CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. INDISPONIBILIDADE DE BENS. OFENSA AO DEVIDO PROCESSO LEGAL. INEXISTÊNCIA. INDIVIDUALIZAÇÃO DAS CONDUTAS. PRESENÇA DOS REQUISITOS. INDIVIDUALIZAÇÃO DOS BENS. PRESCINDIBILIDADE. EXCLUSÃO DOS VALORES RELATIVOS A SALÁRIOS, PROVENTOS E RENDAS ORIUNDAS DE TRABALHO. AGRAVO DE INSTRUMENTO PARCIALMENTE PROVIDO.

(...).

5. A indisponibilidade prevista no art. 7º, parágrafo único, da Lei nº 8.429/92, prescinde da individualização dos bens sobre os quais a medida cautelar deverá recair, sobretudo porque ela se diferencia do instituto do sequestro de bens, previsto no art. 16 da mesma lei, devendo abranger tantos bens quanto necessários para garantir o devido ressarcimento ao erário. Aplicação de precedentes jurisprudenciais do egrégio Superior Tribunal de Justiça.

(...)” (TRF-1 - AG: 706176320134010000, Relator: JUÍZA FEDERAL ROSIMAYRE GONÇALVES DE CARVALHO (CONV.), Data de Julgamento: 20/10/2014, QUARTA TURMA, Data de Publicação: 11/11/2014)

Como não há, pelo menos neste momento processual, como o Ministério Público indicar bens a serem sequestrados, apenas é aplicável à





ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE -----

hipótese dos autos a medida de indisponibilidade prevista no art. 7º da Lei nº 8.429/92.

Como se observa nas tutelas de urgência em geral, a decretação de toda e qualquer medida cautelar pressupõe a existência de dois requisitos fundamentais: o *fumus boni juris* (plausibilidade do direito) e o *periculum in mora* (fundado receio lesão grave ou de difícil reparação).

Entretanto, a cautelar de indisponibilidade de bens apresenta importante peculiaridade. De fato, o Constituinte, pela redação do art. 37, § 4º, da CRFB, dispensou a demonstração do perigo de dano (*periculum in mora*). A respeito deste assunto, transcrevo as magistrais palavras do Ministro Mauro Campbell Marques proferidas no julgamento do REsp 1319515/ES:

“As medidas cautelares, em regra, como tutelas emergenciais, exigem, para a sua concessão, o cumprimento de dois requisitos: o *fumus boni juris* (plausibilidade do direito alegado) e o *periculum in mora* (fundado receio de que a outra parte, antes do julgamento da lide, cause ao seu direito lesão grave ou de difícil reparação).

Ocorre que, no caso da medida cautelar de indisponibilidade, prevista no art. 7º da LIA, não se vislumbra uma típica tutela de urgência, como descrito acima, mas sim uma tutela de evidência, uma vez que o *periculum in mora* não é oriundo da intenção do agente dilapidar seu patrimônio visando frustrar a reparação do dano e sim da gravidade dos fatos e do montante do prejuízo causado ao erário, o que atinge toda a coletividade. O próprio legislador dispensa a demonstração do perigo de dano, em vista da redação imperativa da Constituição Federal (art. 37, §4º) e da própria Lei de Improbidade (art. 7º).

(...).

Verifica-se no comando do art. 7º da Lei 8.429/1992 que a indisponibilidade dos bens é cabível quando o julgador entender presentes fortes indícios de responsabilidade na prática de ato de improbidade que cause dano ao Erário, estando o *periculum in mora* implícito no referido dispositivo, atendendo determinação contida no art. 37, § 4º, da Constituição, segundo a qual "os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível".

O *periculum in mora*, em verdade, milita em favor da sociedade, representada pelo requerente da medida de bloqueio de bens, porquanto esta Corte Superior já apontou pelo entendimento segundo o qual, em casos de indisponibilidade patrimonial por imputação de conduta ímproba lesiva ao erário, esse requisito é implícito ao comando normativo do art. 7º da Lei n. 8.429/92.



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE -----

Assim, a Lei de Improbidade Administrativa, diante dos velozes tráfegos, ocultamento ou dilapidação patrimoniais, possibilitados por instrumentos tecnológicos de comunicação de dados que tornaria irreversível o ressarcimento ao erário e devolução do produto do enriquecimento ilícito por prática de ato ímprobo, buscou dar efetividade à norma afastando o requisito da demonstração do *periculum in mora* (art. 823 do CPC), este, intrínseco a toda medida cautelar sumária (art. 789 do CPC), admitindo que tal requisito seja presumido à preambular garantia de recuperação do patrimônio do público, da coletividade, bem assim do acréscimo patrimonial ilegalmente auferido. (...). (REsp 1319515/ES, Rel. p/ Acórdão Min. Mauro Campbell Marques, 1ª Seção, julgado em 22/08/2012) (g.n.)

Nestes termos, a Corte Cidadã decidiu, em sede de recurso repetitivo, que é possível que o juiz decrete, cautelarmente, a indisponibilidade de bens do demandado quando presentes fortes indícios de responsabilidade (*fumus boni juris*) pela prática de ato ímprobo que cause dano ao Erário, dispensando-se provas quanto ao *periculum in mora*, pois presumido em demandas desta espécie.

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL REPETITIVO. APLICAÇÃO DO PROCEDIMENTO PREVISTO NO ART. 543-C DO CPC. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. CAUTELAR DE INDISPONIBILIDADE DOS BENS DO PROMOVIDO. DECRETAÇÃO. REQUISITOS. EXEGESE DO ART. 7º DA LEI N. 8.429/1992, QUANTO AO PERICULUM IN MORA PRESUMIDO. MATÉRIA PACIFICADA PELA COLEND A PRIMEIRA SEÇÃO.

1. Tratam os autos de ação civil pública promovida pelo Ministério Público Federal contra o ora recorrido, em virtude de imputação de atos de improbidade administrativa (Lei n. 8.429/1992).
2. Em questão está a exegese do art. 7º da Lei n. 8.429/1992 e a possibilidade de o juízo decretar, cautelarmente, a indisponibilidade de bens do demandado quando presentes fortes indícios de responsabilidade pela prática de ato ímprobo que cause dano ao Erário.
3. A respeito do tema, a Colenda Primeira Seção deste Superior Tribunal de Justiça, ao julgar o Recurso Especial 1.319.515/ES, de relatoria do em. Ministro Napoleão Nunes Maia Filho, Relator para acórdão Ministro Mauro Campbell Marques (DJe 21/9/2012), reafirmou o entendimento consagrado em diversos precedentes (Recurso Especial 1.256.232/MG, Rel. Ministra Eliana Calmon, Segunda Turma, julgado em 19/9/2013, DJe 26/9/2013; Recurso Especial 1.343.371/AM, Rel. Ministro Herman Benjamin, Segunda Turma, julgado em 18/4/2013, DJe 10/5/2013; Agravo Regimental no Agravo no Recurso Especial 197.901/DF, Rel. Ministro Teori Albino Zavascki, Primeira Turma, julgado em 28/8/2012, DJe 6/9/2012; Agravo Regimental no Agravo no Recurso Especial 20.853/SP, Rel. Ministro Benedito Gonçalves, Primeira Turma, julgado em 21/6/2012, DJe 29/6/2012; e Recurso Especial 1.190.846/PI, Rel. Ministro Castro Meira, Segunda Turma, julgado em 16/12/2010, DJe 10/2/2011) de que, "(...) no



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE -----

comando do art. 7º da Lei 8.429/1992, verifica-se que a indisponibilidade dos bens é cabível quando o julgador entender presentes fortes indícios de responsabilidade na prática de ato de improbidade que cause dano ao Erário, estando o periculum in mora implícito no referido dispositivo, atendendo determinação contida no art. 37, § 4º, da Constituição, segundo a qual 'os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, na forma e gradação previstas em lei, sem prejuízo da ação penal cabível'. O periculum in mora, em verdade, milita em favor da sociedade, representada pelo requerente da medida de bloqueio de bens, porquanto esta Corte Superior já apontou pelo entendimento segundo o qual, em casos de indisponibilidade patrimonial por imputação de conduta ímproba lesiva ao erário, esse requisito é implícito ao comando normativo do art. 7º da Lei n. 8.429/92. Assim, a Lei de Improbidade Administrativa, diante dos velozes tráfegos, ocultamento ou dilapidação patrimoniais, possibilitados por instrumentos tecnológicos de comunicação de dados que tornaria irreversível o ressarcimento ao erário e devolução do produto do enriquecimento ilícito por prática de ato ímprobo, buscou dar efetividade à norma afastando o requisito da demonstração do periculum in mora (art. 823 do CPC), este, intrínseco a toda medida cautelar sumária (art. 789 do CPC), admitindo que tal requisito seja presumido à preambular garantia de recuperação do patrimônio do público, da coletividade, bem assim do acréscimo patrimonial ilegalmente auferido".

4. Note-se que a compreensão acima foi confirmada pela referida Seção, por ocasião do julgamento do Agravo Regimental nos Embargos de Divergência no Recurso Especial 1.315.092/RJ, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, DJe 7/6/2013.

5. Portanto, a medida cautelar em exame, própria das ações regidas pela Lei de Improbidade Administrativa, não está condicionada à comprovação de que o réu esteja dilapidando seu patrimônio, ou na iminência de fazê-lo, tendo em vista que o periculum in mora encontra-se implícito no comando legal que rege, de forma peculiar, o sistema de cautelaridade na ação de improbidade administrativa, sendo possível ao juízo que preside a referida ação, fundamentadamente, decretar a indisponibilidade de bens do demandado, quando presentes fortes indícios da prática de atos de improbidade administrativa.

6. Recursos especiais providos, a que restabelecida a decisão de primeiro grau, que determinou a indisponibilidade dos bens dos promovidos.

7. Acórdão sujeito ao regime do art. 543-C do CPC e do art. 8º da Resolução n. 8/2008/STJ. (STJ, REsp 1366721/BA, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, Rel. p/ Acórdão Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 26/02/2014, DJe 19/09/2014).

O Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão adota o mesmo posicionamento:



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE -----

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. ANTECIPAÇÃO DE TUTELA DEFERIDA. INDISPONIBILIDADE DE BENS. LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA. PRESENÇA DO FUMUS BONI IURIS E PERICULUM IN MORA. AGRAVO DE INSTRUMENTO IMPROVIDO.

I – A decisão que aprecia a antecipação de tutela só deve ser reformada se teratológica, contrária à Lei ou à prova existente nos autos.

II – A medida de indisponibilidade de bens, prevista no art. 7º da Lei de Improbidade Administrativa, exige sérios indícios da prática do ato de improbidade, estando o periculum in mora ínsito à própria medida.

III – O Decisum agravado se fundou em vários indícios para decretar a indisponibilidade dos bens do Agravante, quais sejam o efetivo saque dos valores da conta municipal desde o ano de 2010, a ausência de prestação de contas referente às verbas utilizadas e as fotografias que demonstram que a obra não foi concluída.

IV – No entendimento do Superior Tribunal de Justiça, o periculum in mora decorre da gravidade dos fatos que o art. 7º da Lei nº 8.429/97 visa coibir.

V – Agravo de Instrumento improvido” (TJMA, AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº. 41180/2013 - São Domingos do Azeitão. Nº ÚNICO: 0009304-19.2013.8.10.0000, Relatora: Desª. Cleonice Silva Freire. Terceira Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão, Sessão do dia 28 de novembro de 2013).

Com isso, para a decretação da indisponibilidade dos bens de pessoa acusada da prática de ato de improbidade administrativa é suficiente a demonstração do *fumus boni iuris* (plausibilidade do direito), estando o *periculum in mora* (fundado receio lesão grave ou de difícil reparação) implícito no comando constitucional e legal.

Ressalte-se, ainda, que para o acolhimento do pedido de indisponibilidade de bens não se deve discutir a fundo a efetiva prática do ato de improbidade. Assim, em se tratando de medida de natureza cautelar, é suficiente a demonstração de indícios razoáveis do cometimento do ato ímprobo.

As condutas feriram a legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência administrativas e causaram prejuízo aos cofres públicos da pequena e pobre cidade de -----, sendo essencial, no presente momento, o deferimento de medida liminar de indisponibilidade dos bens.

Em casos tais, sempre há o risco de que, no futuro, não sejam encontrados bens garantidores de uma execução para reparar os danos causados pelo agente ímprobo, bem como para garantir o pagamento das multas sancionatórias em eventual condenação.

Por fim, imperioso frisar que a indisponibilidade de bens não se apresenta como antecipação de aplicação de sanção ao demandado, mas tão-



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE -----

somente meio de assegurar o resultado útil do processo, instaurado em defesa do patrimônio público.

Diante de todo o exposto, necessária a concessão da medida liminar, declarando-se a indisponibilidade dos bens do demandado -----, na proporção dos danos causados ao erário pelos quais poderá ser condenado e pelas multas que lhe poderão ser impostas, no valor de R\$ -----.

Requer-se, assim, o consequente bloqueio, de contas-correntes, contas poupança e demais investimentos financeiros em nome dos demandados através do Banco Central do Brasil, pelo Sistema Bacen-Jud.

Pede-se, igualmente, a expedição de ofícios aos Cartórios de Registro Imobiliário dos Municípios de -----, e ao Diretor Geral do DETRAN/MA, determinando a averbação da respectiva restrição judicial (indisponibilidade dos bens), em tantas matrículas de bens imóveis a ele pertencentes, bem como de eventuais registros de veículos quantos forem necessários para assegurar futura execução.

Requer-se, por último, o encaminhamento de ofício à Junta Comercial do Maranhão, para que se abstenha de registrar e/ou arquivar contratos que importem alienação de quotas de capital social ou participação em sociedades empresariais em que os demandados figurem como sócio ou quotista.

## **V – DOS PEDIDOS:**

Ante o exposto, o Ministério Público requer:

**a)** a notificação do requerido, nos termos do art. 17, § 7º, da Lei Federal nº 8.429/92, para, querendo, oferecer manifestação por escrito, no prazo de quinze dias;

**b)** o recebimento da inicial (art. 17, § 8º, da Lei Federal nº. 8.429/92);

**c)** a citação do requerido, para que no prazo de lei, querendo, apresente contestação à presente ação, sob pena de revelia;

**d)** a adoção do rito ordinário, conforme disposto no art. 17, *caput*, da Lei Federal nº. 8.429/92;

**e)** a aceitação de todas as provas admitidas em direito, incluídos os documentos que acompanham a inicial (cópia do Inquérito Civil nº -----), além do depoimento pessoal do demandado;

**f)** ao final, julgar totalmente procedente o pedido em razão da conduta do demandado, reconhecendo que praticou ato de improbidade



ESTADO DO MARANHÃO  
MINISTÉRIO PÚBLICO  
PROMOTORIA DE JUSTIÇA DE -----

administrativa descrito na Lei Federal nº. 8.429/92, no art. 11, aplicando-lhe as penalidades descritas no art. 12, inciso III, da mesma lei, condenando-o, no que couber, a:

- 1 – perda da função pública que eventualmente estiver exercendo;
- 2 – suspensão dos direitos políticos de **três a cinco** anos;
- 3 – pagamento de multa civil de até 100 (cem) vezes o valor da remuneração recebida pelo agente;
- 4 – proibição do demandado contratar com o poder público ou obter benefícios fiscais, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário, pelo prazo de **três** anos;

**g)** a condenação do requerido nas custas judiciais e demais despesas do processo;

**h)** a citação do Município de -----, para, na pessoa de quem de direito, integrarem a lide na qualidade de litisconsortes passivos necessários (art. 17, § 3º, da Lei nº 8.429/92), caso desejem;

**i)** a juntada de cópia do Inquérito Civil nº -----, que segue em anexo a esta exordial, como parte integrante do processo.

Dá-se à causa o valor de R\$ 1.000,00 (Um mil reais).

Termos em que Pede Deferimento.

----- /MA, ---- de ----- de 20---.

-----  
**Promotor(a) de Justiça**